

# BOLETIM 2026

Nº 457 – ABRIL DE 2026, 28º ANO

BELÉM/PARÁ 2026

## EDITORIAL

Cuidar, incluir e valorizar pessoas!

Ao longo do mês de abril, a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) promoveu ações que reforçam um dos valores fundamentais da instituição: o cuidado com as pessoas.

Em celebração ao Dia Mundial da Saúde, a iniciativa “Dia de Cuidar” levou aos servidores e colaboradores serviços voltados à promoção da saúde e prevenção de doenças, incentivando hábitos saudáveis e a atenção contínua à qualidade de vida.

Ainda dentro da programação do mês, a campanha Abril Azul foi marcada pela realização da roda de conversa “Inclusão Se Faz Juntos: O Autismo é Causa Nossa”, que reuniu especialistas e membros da instituição para discutir conscientização, respeito e inclusão das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O evento também marcou o lançamento da cartilha do autismo na PGE, importante instrumento de orientação e sensibilização.

As ações reafirmam a importância de construir um ambiente institucional cada vez mais saudável, inclusivo e acolhedor, fortalecendo a valorização humana como parte essencial da missão pública desempenhada pela instituição.

Boa leitura!



### DIA DE CUIDAR: SERVIÇOS DE SAÚDE PARA A COMUNIDADE PGE

No dia 7 de abril, em alusão ao Dia Mundial da Saúde, foi realizada, no térreo do Prédio Anexo III da PGE, a ação “Dia de Cuidar – Serviços de Saúde para a Comunidade PGE”.

A iniciativa ofertou diversos atendimentos, voltados à promoção da saúde e à prevenção de doenças. Dentre eles: aferição de pressão arterial, bioimpedância, controle de glicemia e orientação nutricional.

A atividade proporcionou aos participantes um momento de atenção integral à saúde, incentivando hábitos saudáveis e o cuidado contínuo com a qualidade de vida no ambiente institucional.

Equipe ESAP:

Camila Farinha Velasco dos Santos  
Alessandra Maria Mendonça de Oliveira  
Carla Blanco Rendeiro  
Tássio Guimarães Senger

Comunicação:

Bárbara Brilhante

Apoio:

Ana Margarida Vianna  
Luciano Júnior Silva da Silva  
Lizandra Macedo Pimentel  
Isadora Maria de Abreu Oliveira  
Gabryelly dos Santos Braga

Fechamento desta edição:

30/04/2026

## PGE PARTICIPA COMO PARCEIRA EM AÇÃO CIDADÃ DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARÁ

A Usina da Paz Prof. Amintas Pinheiro, no bairro do Icuí-Guajará, em Ananindeua (Região Metropolitana de Belém), recebeu do dia 11 de abril, a ação “Feira da Saúde”, promovida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). A programação levou à população, por meio de parceria com órgãos do Estado, vários serviços gratuitos nas áreas de justiça, saúde e cidadania.

A Procuradoria-Geral do Estado (PGE), parceira da iniciativa, participou com orientações e informações ao público sobre a atuação da Câmara de Resolução de Demandas de Saúde (CRDS), com atendimento realizado por assistente social e estagiário do setor, em articulação com outros serviços jurídicos e sociais disponíveis.

“Isso traz um engrandecimento para a sociedade e, ao mesmo tempo, faz com que os órgãos consigam trabalhar em conjunto, que é sempre bom pro desenvolvimento social e coletivo”, complementou a procuradora-geral adjunta do Contencioso, Lorena Rego.



“Com esta ação, estamos ampliando a divulgação do serviço que a gente presta na Câmara de Saúde. A orientação é muito importante porque evita uma judicialização desnecessária. E a gente tem feito esse trabalho aqui para orientar usuários do SUS para encaminhar nos fluxos corretos, evitando assim que isso vire uma demanda judicial”, informou a procuradora do Estado e coordenadora da CRDS, Mahira Cuedes.

## ACOMPANHE NOSSAS REDES SOCIAIS:



[WWW.PGE.PA.GOV.BR](http://WWW.PGE.PA.GOV.BR)



[PGE\\_PA](#)



[PROCURADORIAPA](#)



[PGEPA](#)

## CARTA DE SERVIÇOS: PGE FACILITA ACESSO A ATENDIMENTOS NO ÓRGÃO



A PGE disponibilizou, no site da instituição, a sua Carta de Serviços, documento que reúne informações sobre os principais atendimentos prestados pelo órgão.

A Carta de Serviços ao Usuário da PGE atende a uma determinação legal, prevista na Lei nº 13.460/2017, conhecida como Código de Defesa do Usuário do Serviço Público.

Entre os atendimentos contemplados na Carta de Serviços, estão: o Serviço de Atendimento ao Cidadão da PGE (SAC/PGE); a Procuradoria de Conciliação Administrativa e Mediação (PCAM); a Câmara de Resolução de Demandas de Saúde (CRDS); o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC); além das formas de atendimento da Ouvidoria da PGE, importante canal de diálogo entre a sociedade e a instituição.



[Acesse aqui: www.pge.pa.gov.br](http://www.pge.pa.gov.br)

## PGE GARANTE AO ESTADO RECUPERAÇÃO DE MAIS DE R\$ 128 MILHÕES EM DÍVIDA ATIVA



A Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE), por meio da sua Procuradoria da Dívida Ativa (PDA), garantiu ao Estado a recuperação de mais de R\$ 128 milhões em créditos inscritos em Dívida Ativa. A formalização dos acordos e instrumentos jurídicos garantiram ao erário o retorno dos valores, os quais poderão ser revertidos em mais obras e serviços à população paraense.

Os resultados decorreram de três casos recentes conduzidos pela PDA, formalizados entre os meses de fevereiro e março de 2026.

**Acordos firmados** - Um dos acordos firmados foi o Termo de Transação Tributária Individual nº 002/2026, que viabilizou a resolução de débitos superiores a R\$ 60,8 milhões. O instrumento previu descontos em multas e juros, pagamento em valores financeiros e a transferência definitiva de um imóvel localizado no bairro da Sacramentoa.

Outro caso foi o Termo de Transação Tributária Individual nº 001/2026, que tratou da regularização de débitos que somavam R\$ 64,3 milhões, envolvendo uma empresa em processo de recuperação judicial. Nesse caso, o Estado adotou solução voltada à viabilidade econômica da devedora, com concessão de descontos legais e parcelamento em até 145 meses.

O terceiro caso envolveu a celebração de negócio jurídico processual, com fundamento no artigo 190 do Código de Processo Civil, para a quitação de uma dívida de R\$ 3,2 milhões mediante a adjudicação de dois imóveis localizados no bairro do Jurunas, em Belém. Os bens, que já estavam locados à Secretaria de Estado de Saúde Pública (Sespa), para funcionamento do CAPS III - Grão Pará.

## PGE LANÇA CARTILHA SOBRE AUTISMO NO 7º ENCONTRO NACIONAL DE PROCURADORIAS DE SAÚDE




A abertura oficial do 7º Encontro Nacional de Procuradorias de Saúde ocorreu na noite do dia 22 de abril, no Mercado de São Brás, em Belém. O evento foi realizado pela Associação Nacional dos Procuradores dos Estados e do Distrito Federal (Anape), em parceria com a Associação dos Procuradores do Estado do Pará (Apepa) e a Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE).

A abertura do encontro incluiu o lançamento, pela Procuradoria-Geral do Pará, da cartilha "Inclusão Se Faz Juntos: O Autismo é Causa Nossa", em homenagem ao Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo - 2 de Abril. A iniciativa é voltada à promoção da informação, inclusão e garantia de direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).



"O lançamento da cartilha em um evento como esse permite que o trabalho chegue a todas as outras procuradorias divulgando o nosso objetivo maior, que é levar à sociedade o conhecimento de que forma ela pode atuar em apoio aos autistas e a seus cuidadores", disse a procuradora do Estado, Monica Simões.

A publicação, desenvolvida pelos procuradores Camila Farinha, Francisco Edson, Viviane Ruffeil, Henrique Mouta e Mônica Simões, e pela servidora Andreza Casanova, reforça a importância da conscientização e inclusão, especialmente diante do aumento dos diagnósticos de TEA no mundo.

 [Acesse a Cartilha: www.pge.pa.gov.br](http://www.pge.pa.gov.br)

## ABRIL AZUL: RODA DE CONVERSA E LANÇAMENTO DE CARTILHA NA PGE



no dia 28 de abril, foi promovida, no Auditório da PGE, a roda de conversa "Inclusão Se Faz Juntos: O Autismo é Causa Nossa", em alusão à campanha Abril Azul.

A programação contou com a participação do psicólogo, Vitor Casanova; da terapeuta ocupacional, Luciana Amorim; e dos Procuradores do Estado, Monica Simões e Henrique Mouta, proporcionando um espaço de diálogo, troca de experiências e reflexão sobre práticas inclusivas no ambiente institucional e na sociedade.

Durante o encontro, foi realizado o lançamento da cartilha do autismo na PGE.



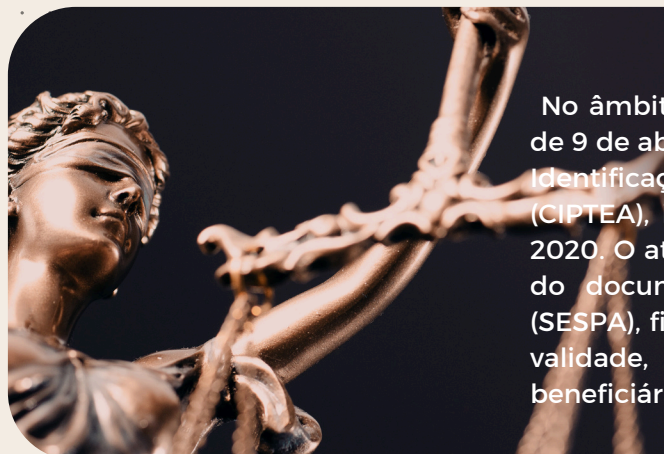
Assista aqui: <https://www.youtube.com/>

## CARTILHA ELEITORAL: PGE REÚNE COM CHEFIAS DO NUCADIN



Na manhã do dia 08 de abril, a PGE reuniu com todas as chefias do Núcleo Consultivo da Administração Direta e Indireta do Estado (NUCADIN), para um momento de orientação sobre a cartilha eleitoral, as vedações do período e as cautelas jurídicas relacionadas ao encerramento de mandato.

O evento foi realizado no auditório da PGE, em Belém.



### Legislações Estaduais:

No âmbito da legislação estadual, destaca-se o Decreto nº 5.310, de 9 de abril de 2026, que regulamenta a expedição da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), instituída pela Lei Estadual nº 9.061, de 21 de maio de 2020. O ato normativo estabelece os procedimentos para emissão do documento pela Secretaria de Estado de Saúde Pública (SESPA), fixa os requisitos documentais necessários e dispõe sobre validade, renovação e proteção de dados pessoais dos beneficiários.

Também merece menção a Emenda Constitucional nº 100, de 24 de fevereiro de 2026, publicada no DOE nº 36.586, de 6 de abril de 2026, que altera o art. 41 da Constituição do Estado do Pará para ampliar as hipóteses de acumulação remunerada de cargos públicos, permitindo a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza, bem como de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde com profissões regulamentadas.



Por meio do Decreto de 17 de abril de 2026, foi concedida a Medalha do Mérito “TIRADENTES” às personalidades Cívicas e Militares, entre elas: os Procuradores de Estado, ALEXANDRE AUGUSTO LOBATO BELLO, CARLA N. JORGE MÉLEM SOUZA, BRUNO HENRIQUE ALVES SALOMÃO e FABIOLA DE MELO SIEMS.

### Atos normativos federais:

No âmbito da legislação federal, destaca-se o Decreto nº 12.931, de 15 de abril de 2026, que regulamenta a Medida Provisória nº 1.349, de 7 de abril de 2026, disciplinando a cooperação financeira entre a União, os Estados e o Distrito Federal para assegurar o abastecimento nacional de óleo diesel de uso rodoviário, no contexto do Regime Emergencial de Abastecimento Interno de Combustíveis. O normativo estabelece regras para adesão dos entes federativos, formas de repasse dos valores da subvenção econômica, bem como sanções aplicáveis em caso de inadimplência.

Ainda no âmbito federal, merece destaque a Lei nº 15.379, de 6 de abril de 2026, que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 (Lei Orgânica da Saúde), para incluir a imunoterapia nos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas do câncer, sempre que demonstrada superioridade ou maior segurança em relação aos tratamentos tradicionais, conforme regulamentação específica.



Outra importante inovação legislativa é a Lei nº 15.394, de 22 de abril de 2026, que altera a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para autorizar o aproveitamento de créditos de PIS/Pasep e Cofins nas aquisições de determinados desperdícios, resíduos e aparas utilizados como matéria-prima ou material secundário, além de conceder isenção dessas contribuições na venda desses materiais para pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real. A medida busca fomentar a cadeia da reciclagem e incentivar práticas sustentáveis no setor produtivo.

Outra relevante atualização normativa é a Lei Complementar nº 230, de 15 de abril de 2026, que dispõe sobre normas gerais aplicáveis ao desmembramento de parte de um Município para incorporação a outro limítrofe, nos termos do § 4º do art. 18 da Constituição Federal. A norma estabelece requisitos, etapas e critérios técnicos para a realização do processo, incluindo a elaboração de Estudo de Viabilidade Municipal (EVM), a realização de plebiscito com as populações envolvidas e a fixação dos novos limites territoriais por meio de lei estadual. A medida busca conferir maior segurança jurídica, transparência e participação popular nos processos de reorganização territorial dos Municípios brasileiros.

### Gestão interna da PGE:

Por fim, no âmbito da gestão interna desta PGE, relevante mencionar a Ordem de Serviço nº 01/2026, que consolida e sistematiza as hipóteses de dispensa de atuação judicial no âmbito da advocacia pública estadual.

O ato normativo estabelece critérios objetivos para a dispensa de contestação, interposição de recursos e prática de outros atos processuais em demandas consideradas de baixa complexidade, reduzido impacto financeiro ou já pacificadas pela jurisprudência, abrangendo matérias relacionadas à saúde, servidores públicos, direitos sociais, demandas tributárias, execuções fiscais e ações de massa.

A Ordem de Serviço nº 02/2026 autoriza e disciplina o uso do Juízo 100% digital no âmbito desta PGE/PA, medida importante de ser implantada considerando as diretrizes da Lei nº 11.419, de 19/12/2006, que dispõe sobre a informatização do processo judicial, bem como as Resoluções nº 345, de 09/10/2020, nº 378, de 09/03/2021 e 481, de 22/11/2022, todas do CNJ.



# DOCTRINAS EM DESTAQUE

Nº 457 – ABRIL DE 2026, 28º ANO

## CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS

### A DEPRESSÃO E O DILEMA DO LAUDO PSIQUIÁTRICO RETROSPECTIVO NO CONTROLE FINALÍSTICO DO PROCESSO DISCIPLINAR POR ABANDONO DE CASO

Fábio de Holanda Monteiro

### A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PIAUÍ: ENFOQUE NOS ADVOGADOS PÚBLICOS E APLICABILIDADE DA NR 1 NO SETOR PÚBLICO

Christianne Arruda

### BLOCKCHAIN E SMART CONTRACTS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Saul Emmanuel de Melo e Ferreira Pinheiro Alves

### ENTRE O BACKLASH INSTITUCIONAL E A RESISTÊNCIA JURÍDICA: O PAPEL DO JUDICIALISMO CONSTITUCIONAL NA PROTEÇÃO DO HIPERVULNERÁVEL DIANTE DA LITIGÂNCIA ABUSIVA

Luis Albert dos Santos Oliveira, Lucas Augusto Gaioski Pagani e Rennan Thamay

## FINANCEIRO, ECONÔMICO E TRIBUTÁRIO

### A TRIBUTAÇÃO DA RENDA E AS DEDUÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Jonilton Santos Lemos Júnior

### SIRDATA: ANÁLISE DE REDES SOCIAIS (SNA) APLICADA À GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA NA PGÉ-PI

José Carlos Bastos Silva-Filho

### SOBRE A ANALOGIA NO DIREITO, ESPECIALMENTE NO DIREITO TRIBUTÁRIO

Maurício Cezar Araújo Fortes

### DIREITOS E DEVERES DO CONTRIBUINTE COMO CONTRATO INSTITUCIONAL: RECIPROCIDADE, LEGITIMIDADE E CONFORMIDADE TRIBUTÁRIA NA ERA DIGITAL

Antonio Lopo Martinez

## DIREITO FUNDIÁRIO, AMBIENTAL E URBANÍSTICO

### A EVOLUÇÃO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO BÁSICO NO BRASIL: TRAJETÓRIA, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Leonardo Gomes Ribeirão Gonçalves

### DA SOCIEDADE DE RISCO À “ERA DOS EXTREMOS”: DIREITOS DOS DESASTRES COMO CONCRETIZADOR DA JUSTIÇA CLIMÁTICA

Katiele Daiana da Silva Rehbein e Felipe Dalenogare Alves

### JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO CLIMÁTICA E DIREITOS HUMANOS

Daniel Pereira Campos e Sebastián Abad Jara

### AS DECISÕES VINCULANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM MATÉRIA AMBIENTAL E O DESAFIO DE SUA EFETIVIDADE JUNTO AOS ÓRGÃOS ESTADUAIS DE LICENCIAMENTO: A QUESTÃO DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

Magno Neves Barbosa

# DOCTRINAS EM DESTAQUE

Nº 457 - ABRIL DE 2026, 28º ANO

## CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

### A CRIAÇÃO PRETORIANA DO INVENTARIANTE DIGITAL: ANÁLISE DA DECISÃO DA 3ª TURMA DO STJ E SEUS REFLEXOS NO DIREITO SUCESSÓRIO CONTEMPORÂNEO

Jorge José Lawand.

### CINCO PRINCÍPIOS JURÍDICOS DO DIREITO DIGITAL

Duílio Landell de Moura Berni

### NOVOS PARÂMETROS E DESAFIOS PARA A ADVOCACIA PÚBLICA A PARTIR DO JULGAMENTO DO TEMA Nº 1201 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Márcia Maria Macedo Franco e Leomar de Melo Quintanilha Júnior

### AS DESVANTAGENS DOS PRECEDENTES NO BRASIL - DA TEORIA À PRÁTICA

Ivan Alemão

## TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIO

### TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO NA SERRA GAÚCHA EM 2023: UMA ANÁLISE DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUCTA

Alyssia Martins da Rosa de Medeiros e Nathalie Kuczura Nedel

### A PROTEÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE PESSOAS TRANS SOBREVIVENTES DA PROSTITUIÇÃO

Heloísa Helena Silva Pancotti e Larissa Fátima Russo França

### DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: ESTUDO COMPARADO SOBRE LIMITAÇÃO À JORNADA, GARANTIA AO SALÁRIO MÍNIMO E FÉRIAS

Helena Kugel Lazzarin

### NEGOCIAÇÃO COLETIVA E DIREITO DE GREVE: EXPLORANDO DESAFIOS E LIMITES JURÍDICOS

Rodrigo Coimbra

## EMENTÁRIOS DE LEGISLAÇÃO - ABRIL 2026

<b>EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO NACIONAL DE ABRIL 2026</b>	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>
<b>EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL ABRIL 2026</b>	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>
<b>EMENTÁRIO DE LEGISLAÇÃO PGE/PA ABRIL 2026</b>	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>
<b>EMENTÁRIO DE PARECERES E MANIFESTAÇÕES ABRIL 2026</b>	<a href="#">CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A LISTAGEM</a>



# BIBLIOTECAS DIGITAIS

## PLATAFORMA FÓRUM DE CONHECIMENTO

- Periódicos; Livros Eletrônicos



## LEX EDITORA

- Periódicos; Legislações; Doutrinas e Jurisprudências



## ZÊNITE

- Legislações; Doutrinas e Jurisprudências.



# LIVROS E PERIÓDICOS DOADOS PARA ESAP



PGE  
PROCURADORIA-GERAL  
DO ESTADO DO PARÁ

